

## **5 A INFLUÊNCIA DE FATORES EXÓGENOS NO COMPORTAMENTO RECENTE DOS EIXOS**

Neste Capítulo, são analisados os impactos de fatores exógenos, ocorridos a partir da década de 1960, sobre a Região Oeste do Paraná, que influenciaram diretamente a dinâmica dos Eixos A e B. Para facilitar o entendimento dos reflexos desses fatores exógenos sobre esses Eixos, este capítulo está organizado em seis seções.

Na Seção 5.1, são discutidos os impactos sobre o Eixo B, do fortalecimento das relações comerciais do Brasil com o Paraguai com a construção da Ponte da Amizade e a pavimentação da BR 277; e da construção da Ponte Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu a Argentina, que foi resultado da aproximação do Brasil com a Argentina, durante a formação do Mercosul. Na mesma seção, são analisados os impactos sobre o Eixo A, da pavimentação da BR 467, entre Cascavel e Toledo, pelo Governo Federal, da pavimentação dos trechos entre Toledo e Guaíra, pelos governos Estadual e Federal e as implicações do retardamento da construção da Ponte Aírton Senna, que liga Guaíra ao Mato Grosso do Sul. Na Seção 5.2, são analisados os reflexos da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu sobre os dois Eixos. Na Seção 5.3, são discutidos os impactos, sobre os dois Eixos, da crise da dívida externa brasileira, a partir do início dos anos de 1980 e do surgimento do turismo de compras, em Ciudad del Este e Salto del Guairá, no Paraguai. Na Seção 5.4, são analisados os impactos da abertura comercial e do surgimento do Mercosul sobre os dois Eixos. A Seção 5.5 trata dos reflexos do Plano Real sobre os Eixos considerados e, a Seção 5.6, discute os impactos da Modernização Tecnológica da Agricultura e da política de crédito subsidiado sobre a Região Oeste do Paraná e os Eixos estudados.

## 5.1 LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS DOS EIXOS A E B

As ligações rodoviárias compreendidas pelos Eixos A e B, conforme discutido anteriormente, tiveram suas origens nas trilhas dos ervateiros. A partir da década de 1940, com o início da colonização da Região, estas se transformaram em ligações rodoviárias. As pavimentações dessas ligações rodoviárias e as construções das pontes, ligando Foz do Iguaçu ao Paraguai e à Argentina e Guaíra ao Mato Grosso do Sul, obras de infra-estrutura essenciais para o crescimento dos Eixos e da Região, estiveram ligadas a fatores distintos.

### 5.1.1 A Pavimentação da BR 277 e a Construção da Ponte ligando Foz do Iguaçu ao Paraguai

A pavimentação da BR 277 e a construção da Ponte da Amizade foram consequência de um fator totalmente exógeno, constituído pelo fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Paraguai, prejudicadas pelos episódios da “Guerra do Paraguai”, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, que durou de 1864 a 1870. Conforme foi discutido no Capítulo 4, a ligação com o Oceano Atlântico era uma aspiração do Paraguai, desde o século XVI. A relação entre o Brasil e o Paraguai, desde o fim desta guerra até a década de 1960, ressentia-se dos fatos acontecidos durante o conflito.

Como resultado e consolidação do reatamento das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, foi inaugurada em 27 de março de 1965, sobre o rio Paraná, a Ponte da Amizade, com uma extensão de 554 metros, ligando Foz do Iguaçu, no Brasil, a Ciudad del Este, no Paraguai. A Ponte da Amizade foi o primeiro passo para a ligação do Paraguai com o

Oceano Atlântico, que foi concretizada com a inauguração da pavimentação da BR 277, em 27 de março de 1969.

A BR 277 liga Foz do Iguaçu, da margem do rio Paraná, onde está a Ponte da Amizade, ao Porto de Paranaguá. Constituía-se, segundo MONTEIRO (2000), quando inaugurada, na principal, mais larga e mais extensa ligação rodoviária que cortava o Estado do Paraná, numa extensão de aproximadamente 772 km, de Leste a Oeste. Foi construída com 16m de leito, sendo 7m para o asfalto. Esta estrada pavimentada permitiu a ligação rodoviária de Assunção a Paranaguá.

Segundo MONTEIRO (2000, p.26), no dia da inauguração:

Os presidentes emitiram uma declaração conjunta que, além de reafirmar os laços de amizade e cooperação econômica entre os dois países, anunciava alguns compromissos. Entre outros, destacavam-se: o oferecimento da Eletrobrás para prestar assistência financeira à Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai, que fora criada em 12 de fevereiro de 1967, para estudar o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, implementando o que ficara acertado na Ata de Iguaçu.

Estes acontecimentos tiveram os seguintes desdobramentos: para o Paraguai, representou a realização de uma antiga aspiração de conseguir uma ligação rodoviária com o Oceano Atlântico, facilitando seu comércio exterior. Para o Brasil, representou o fortalecimento de relações comerciais e de interesses estratégicos e econômicos com o Paraguai. Para a Região Oeste do Paraná, significou: a pavimentação de seu primeiro trecho rodoviário, ligando Cascavel a Foz do Iguaçu e ligando este, por via rodoviária, ao Paraguai; inseriu este Eixo no eixo maior Assunção-Foz do Iguaçu-Curitiba-Paranaguá. De

Paranaguá o eixo liga, por via marítima, Assunção, Foz do Iguaçu, Curitiba e toda sua área de influência, ao resto do mundo.

O fortalecimento das relações comerciais do Brasil com o Paraguai e a conseqüente construção da Ponte da Amizade e pavimentação da BR 277, constituíram-se nos primeiros fatores exógenos que exerceram forte influência sobre a dinâmica econômica do Eixo B. Por uma decisão do Governo Federal, incentivada especialmente pela visão dos governos militares que planejavam a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Eixo B foi favorecido pelos investimentos das duas obras e pelos encadeamentos que possibilitou ao longo de todo o Eixo, uma vez que o Paraguai concentrou suas relações com o resto do mundo, através da ligação Assunção-Foz do Iguaçu-Curitiba-Paranaguá. A partir desses acontecimentos, Foz do Iguaçu e a Região de Fronteira com o Paraguai e a Argentina passaram a ser local de intensas intervenções governamentais, essencialmente vindas do Governo Federal.

#### 5.1.2 A Pavimentação da Ligação Rodoviária do Eixo A

A pavimentação da BR 277, entre Cascavel e Foz do Iguaçu, que se constitui no Eixo B, foi feita pelo Governo Federal, em um curto espaço de tempo, representando um fator totalmente exógeno à Região. Ela obedeceu a um planejamento maior do Governo Federal. A pavimentação da estrada que liga Cascavel a Guaíra, que compõe o Eixo A, foi efetuada pelos Governos Federal e Estadual durante a década de 1970. Essa pavimentação esteve mais ligada ao próprio crescimento econômico do entorno ao Eixo. São causas endógenas que justificaram a pavimentação. Portanto houve a necessidade de se

justificar as obras, economicamente, para que elas pudessem ser feitas. Com o Eixo B, não houve essa necessidade.

O trecho entre Cascavel e Toledo, denominado de BR 467, foi pavimentado pelo Governo Federal entre os anos de 1973 e de 1975. O trecho que liga Toledo a Palotina, denominado PR 182, foi pavimentado pelo Governo do Paraná, tendo suas obras iniciadas em julho de 1977 e concluídas em novembro de 1978. O trecho que liga Palotina a Terra Roxa, denominado PR 364, foi pavimentado pelo Governo do Paraná entre os anos de 1978 e 1979. O trecho entre Terra Roxa e o entroncamento com a BR 272, denominado PR 487, foi pavimentado pelo Governo do Paraná entre os anos de 1979 e 1980. A BR 272, que liga Guaíra a Francisco Alves, foi pavimentada pelo Governo Federal, tendo suas obras iniciadas em 1974 e concluídas em 1979. A ligação entre Francisco Alves e Umuarama, que completa a ligação Guaíra-Umuarama, foi pavimentada também pelo Governo do Paraná<sup>12</sup>.

Este breve relato implica que, enquanto o Eixo B foi favorecido por uma pavimentação efetuada em regime de urgência, totalmente custeada pelo Governo Federal e inaugurada no ano de 1969, o Eixo A, numa extensão de 165 quilômetros, foi pavimentado aos poucos, sendo que o Governo do Paraná pavimentou aproximadamente 100 quilômetros, iniciando as obras em 1973 e tendo sua conclusão somente no ano de 1980.

Enquanto a Ponte da Amizade foi construída pelo Governo Federal e inaugurada no ano de 1965, a Ponte Aírton Senna, que liga Guaíra ao Mato Grosso do Sul, foi concluída pelo Governo do Paraná e inaugurada somente no dia 24 de janeiro de 1998, uma

---

<sup>12</sup> Informações obtidas junto ao Departamento de Estrada de Rodagem – 5º Centro Regional e ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, dos registros dos dois órgãos.

vez que as obras iniciadas pelo Governo Federal, a partir do Mato Grosso do Sul, encontravam-se abandonadas, desde o início dos anos de 1970.

A pavimentação do Eixo A, concluída no ano de 1980, se comparada à pavimentação da BR 277, concluída em 1969, prejudicou o Eixo A. Todavia o grande prejuízo do Eixo A se deu pela ausência de uma ligação rodoviária com o Mato Grosso do Sul. Este fato impediu a criação de encadeamentos ao longo de todo o Eixo A. O surgimento do turismo de compras, discutido mais adiante, responsável por um ciclo de prosperidade na fronteira entre Foz do Iguaçu, Porto Iguazu e Ciudad del Este, foi prejudicado na fronteira entre Guaíra e Salto del Guairá, em parte, devido à ausência de uma ligação rodoviária.

Outro fator decisivo para impedir que Salto del Guairá se transformasse num centro de compras expressivo, tal qual é Ciudad del Este, foi o fim das Sete Quedas. Conforme será discutido na Seção 5.3, a formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, iniciado em 13 de outubro de 1982, fez desaparecer as Sete Quedas, a principal atração turística de Guaíra. Sem atração turística, Guaíra não tinha como atrair turistas que estenderiam a estada na cidade para efetuar compras no Paraguai.

A ausência da ponte foi também um fator limitante à utilização do Eixo A como parte da ligação das áreas exportadoras, principalmente de commodities, das Regiões Centro Oeste e Norte com o Porto de Paranaguá.

Em resumo, enquanto Foz do Iguaçu e a Região de Fronteira com o Paraguai e a Argentina foram influenciadas por fortes intervenções governamentais, vindas do Governo Federal, Guaíra, que também faz fronteira com o Paraguai e o Mato Grosso do Sul, não recebeu o mesmo tratamento.

### 5.1.3 A Ponte Tancredo Neves – Ligação entre Foz do Iguaçu e a Argentina

A ligação de Foz do Iguaçu com Porto Iguazu, na Argentina, era feita por balsas que transportavam veículos e passageiros e por pequenas embarcações que levavam, cada uma, entre 10 e 12 passageiros. A ligação era feita através do Porto Meira, em Foz do Iguaçu, pelo rio Iguaçu, e era a única forma de ligação entre o Brasil e a Argentina, na tríplice fronteira.

A ligação rodoviária entre Foz do Iguaçu, no Brasil, e Porto Iguazu, na Argentina, numa extensão de 480 metros, ocorreu em 29 de novembro de 1985. Foi um marco na consolidação e no fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais dos dois países. Este fato coincidiu com o início das negociações para a criação do Mercosul. As relações entre ambos os países haviam sido prejudicadas pela política de seus governos militares e pela associação do Brasil e do Paraguai para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Portanto um novo fator exógeno, constituído pelo fortalecimento das relações comerciais do Brasil com a Argentina, como fruto de novos tempos nas relações internacionais, promovidos pela globalização, beneficiaram o Eixo B.

O Eixo B tinha sido privilegiado pela construção da Ponte da Amizade, em 1965 e pela pavimentação da BR 277, concluída em 1969, por conta de um fortalecimento das relações comerciais e diplomáticas com o Paraguai. Em 1985, tem a ligação com a Argentina favorecida pela construção da Ponte Tancredo Neves e pela construção de uma aduana com uma das melhores infra-estruturas do Sul do País.

#### 5.1.4 A Construção da Ponte que Liga Guaíra ao Mato Grosso do Sul

A ligação rodoviária do Eixo A com o Mato Grosso do Sul, apesar de iniciada no começo da década de 1970, pelo Governo Federal, foi concluída somente em 1998, pelo Governo do Paraná.

Dada a largura do rio Paraná, a travessia de balsa demorava cerca de 40 minutos, sem contar o tempo de espera para o embarque à margem do rio. Este era um fator decisivo na escolha de caminhos alternativos para ligar o Mato Grosso do Sul e as regiões Centro Oeste e Norte ao Paraná e aos demais Estados da Região Sul do Brasil e o Porto de Paranaguá. Com isso, inibiram o surgimento de encadeamentos ao longo do Eixo A. Quando a Ponte Aírton Senna foi inaugurada, esperava-se, por parte da comunidade regional, que dinamizasse todo o Eixo A e, principalmente, a Cidade de Guaíra. No entanto isso ainda não ocorreu. O retardamento das obras da Ponte de Guaíra é uma prova concreta de que a Região de Guaíra não era região de planejamento do Governo Federal, tal qual a Região de Foz do Iguaçu. Esse foi um fator diferencial no comportamento recente dos Eixos A e B.

#### 5.2 A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi resultado de uma conjugação de fatores. Primeiro, a visão estratégica e de longo prazo dos governos militares do Brasil. Segundo, a capacidade da diplomacia brasileira que negociou um acordo com o Paraguai e com a Argentina. Embora nenhum acordo tenha sido assinado com a Argentina

antes do início da construção, as relações do Brasil com esse país se mantiveram num estágio que permitiram o acordo com o Paraguai e o início das obras. Terceiro, o potencial hidrelétrico do rio Paraná, que permitiu transformar as proximidades de Foz do Iguaçu na maior usina hidrelétrica do mundo, em produção de energia. Quarto, a capacidade técnica brasileira na construção de barragens e na montagem de unidades geradoras de energia, em grande escala. E, por último, a demanda de energia elétrica por parte da região industrializada do Brasil, compreendida nesta a Região Metropolitana de São Paulo.

A consolidação do processo de industrialização fazia parte, também, da estratégia do Brasil, resultado da política dos governos militares, através de seus planos, como o I e o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, por exemplo. Para Foz do Iguaçu e para o Eixo B, os fatores listados anteriormente, com exceção do potencial hidrelétrico do rio Paraná, podem ser caracterizados como exógenos.

O início das obras civis da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1975, representou um marco na alteração do comportamento do Eixo B. O crescimento populacional iniciado em Foz do Iguaçu, neste ano, continuado nas décadas seguintes, transformou o Eixo B num eixo mais urbano que o Eixo A. Em primeiro lugar, elevou a população de Foz do Iguaçu de 33.966 habitantes, em 1970, para 136.321 em 1980 e, 190.123 em 1991, atingindo, em 2000, a população de 258.368 habitantes. Em segundo lugar, forçou o Governo Federal a realizar grandes investimentos, principalmente em infra-estrutura, na Cidade de Foz do Iguaçu. Isto porque a mesma não tinha a mínima condição de oferecer infra-estrutura de educação, habitação, saúde, energia, telecomunicações e transportes ao contingente de população que para lá migrou e nem para as necessidades da Itaipu Binacional. Em terceiro lugar, a atração de um grande contingente populacional atraiu, também, capitais e fez surgir

uma série de novos empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, aumentando o nível de geração de renda, de tributos e de consumo.

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Governo Federal utilizou uma política keynesiana. Os reflexos dos investimentos diretos e indiretos na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu sobre o crescimento da renda foram sentidos em vários segmentos da economia brasileira. A construção de Itaipu foi o único grande investimento do Governo Federal que não sofreu interrupção, independente de alterações na conjuntura nacional ou internacional, segundo MONTEIRO (2000). Sobre Foz do Iguaçu e o Eixo B, os reflexos foram sentidos com muita intensidade, pois transformou a dinâmica econômica, não só de Foz do Iguaçu, como de toda a extensão do Eixo B.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu promoveu um crescimento populacional intenso e um crescimento da renda em Foz do Iguaçu. Seus efeitos foram percebidos em toda a Região Oeste do Paraná. O dinamismo se estendeu para outras cidades, cabendo a Cascavel se aproveitar melhor deste efeito. Cascavel, como era o principal centro urbano e comercial da Região, foi o principal fornecedor regional de bens e serviços para Foz do Iguaçu, desde o início da construção. Seus reflexos foram sentidos, também, no restante da Região Oeste do Paraná, todavia, com menor intensidade.

Para a construção das obras civis da Usina Hidrelétrica de Itaipu, foram formados dois consórcios de empresas construtoras. A “UNICON – União de Construtoras Ltda.”, formada pela união das cinco maiores construtoras brasileiras e a “CONEMPA – Empresas Construtoras Paraguias SRL”, formada por seis construtoras paraguias (MONTEIRO, 2000).

Os trabalhadores, utilizados na construção, não eram todos brasileiros, uma vez que se tratava de uma empresa binacional, construída por dois consórcios de construtoras dos dois países. Todavia, dada a dinâmica da fronteira, o dinamismo promovido pela massa de renda, oriunda, principalmente, dos salários pagos pelos consórcios de construtoras aos trabalhadores do Paraguai, refletiu-se mais significativamente, na economia de Foz do Iguaçu. Isso porque gerou mais demanda por produtos industrializados no Brasil, exportados para o Paraguai, através da Região Exportadora de Foz do Iguaçu<sup>13</sup>.

Na década de 1980, principalmente a partir de 1983, diminuiu o ritmo da construção da Usina, em face da aproximação de seu término e, portanto, diminuiu o efeito direto da construção sobre a geração de renda e de demanda na fronteira Brasil-Paraguai. No entanto, neste período, Foz do Iguaçu havia se tornado um centro urbano com uma dinâmica que lhe permitia criar outras alternativas de geração de renda. Conforme será visto mais adiante, o surgimento do turismo de compras em Ciudad del Este foi o fator exógeno que sucedeu a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu como um dos acontecimentos dinamizadores da fronteira e, por extensão, do Eixo B.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu tem suas unidades geradoras localizadas no Município de Foz do Iguaçu, todavia o reservatório, à sua esquerda, está localizado em 15 municípios paranaenses, os chamados municípios “lindeiros”. Sobre estes municípios, os reflexos foram sentidos de duas formas. Em primeiro lugar, foi o efeito negativo proporcionado pelas desapropriações das terras destinadas à formação do reservatório e à proteção ambiental, no início da década de 1980.

A TABELA 5.2.1, constante no ANEXO I, mostra as áreas desapropriadas em cada município. As terras desapropriadas eram consideradas como das mais férteis da Região e ocupadas, principalmente, por pequenas propriedades agrícolas. No Eixo B, foram desapropriados 339,25Km<sup>2</sup>, o que equívale a 33.925 hectares. No Eixo A, a desapropriação foi de 52,59Km<sup>2</sup>, o que equívale a 5.259 hectares.

Com a desapropriação das terras, houve um processo de redução da população dos municípios atingidos. Ao mesmo tempo em que diminuiu a população, reduzindo, conseqüentemente, o dinamismo de suas áreas urbanas, reduziu também a produção agrícola desses municípios. A TABELA 5.2.2, constante no ANEXO I, mostra a população dos municípios limieiros em 1980 e em 1991. Há que se destacar que a redução do contingente populacional não foi responsabilidade exclusiva da formação do reservatório de Itaipu e das desapropriações. A modernização tecnológica da agricultura, em curso na época, foi a principal responsável pelo decréscimo populacional de todos os municípios da Região, com exceção de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu.

Em segundo lugar, houve o efeito positivo, representado pelo pagamento dos royalties, iniciados em 1991. Estes, após a promulgação da Constituição de 1988 e de intensa pressão da classe política e empresarial do Paraná, destinou-se aos municípios limieiros, como uma forma de compensação pelas perdas proporcionadas pela desapropriação de terras produtivas e pela perda de população.

Segundo a Itaipu Binacional:

---

<sup>13</sup> A Região Exportadora de Foz do Iguaçu é constituída pela área circunvizinha à Ponte da

Os royalties são uma compensação financeira aos governos do Brasil e do Paraguai pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná. Seu pagamento está previsto pelo Tratado de Itaipu em seu Anexo C (que dispõe sobre as bases financeiras e de prestação de serviços de eletricidade) e, do lado brasileiro, por legislação à parte regulamentada após a Constituição de 1988, que determina sua redistribuição aos Estados, municípios e órgãos federais. Os Critérios para a distribuição dos royalties no Brasil foram estabelecidos pelo Decreto Federal n.º 1, de 11 de janeiro de 1991, também conhecido como Lei dos Royalties. ([www.itaipu.gov.br/dfport/royalties.htm](http://www.itaipu.gov.br/dfport/royalties.htm)).

A Lei que versa sobre os royalties destacava que, além da perda de área, deveriam ser critérios para a distribuição dos royalties outras perdas que o município teve com a construção da Usina ou com a formação do reservatório. Um caso especial é o de Guaíra. Neste município, estavam localizadas as Sete Quedas, que foram totalmente inundadas pelo Reservatório de Itaipu. A perda para o Município de Guaíra, principalmente para a sua área urbana, foi significativa. Foi uma das causas, ao lado da modernização tecnológica da agricultura, que ocorreu paralelo ao fim das Sete Quedas, responsáveis pela perda de dinamismo que Guaíra passou a sentir, após a formação do reservatório. Com a queda do dinamismo de Guaíra, o Eixo A também perdeu dinamismo.

A TABELA 5.2.3, constante no ANEXO I, mostra o total de royalties repassados pela Itaipu Binacional para os municípios lindeiros, desde 1991 até 2000. Observando-se os valores recebidos por cada município, percebe-se que Guaíra recebeu, até o final do ano 2000, o montante de US\$22.705.500,00, ou seja, apenas 4,93% do total de royalties repassados pela Itaipu Binacional, para os municípios lindeiros paranaenses.

Ao conversar com moradores de Guaíra, constatou-se que, conforme relatou Valter Blahum<sup>14</sup>: “Guaíra cochilou na hora de negociar os critérios de distribuição dos royalties entre os municípios limieiros”. Segundo o mesmo, “Faltou às lideranças municipais acreditar mais na distribuição dos royalties e brigar mais por eles, usando o argumento de que a perda das Sete Quedas foi um desastre para a economia de Guaíra.”

Para se entender melhor os reflexos da distribuição dos royalties, a TABELA 5.2.4, constante no ANEXO I, mostra os royalties per capita no ano 2000. Analisando-se estes valores, percebe-se que os royalties impactam de forma diferenciada sobre as populações dos municípios limieiros e, especialmente, sobre as administrações desses municípios paranaenses. Enquanto Foz do Iguaçu recebeu em 2000, o equivalente a US\$55,94 per capita de royalties, Guaíra recebeu o equivalente a US\$127,44, teoricamente os dois municípios herdeiros dos maiores problemas da construção da usina e da formação do reservatório; Entre Rios do Oeste recebeu o equivalente a US\$698,83 per capita, Pato Bragado recebeu o equivalente a US\$821,87 per capita, Santa Helena recebeu o equivalente a US\$921,93 per capita e Itaipulândia recebeu o equivalente a US\$1.861,06 per capita. Pode-se concluir que, em Itaipulândia, no ano 2000, o município recebeu o equivalente a uma remuneração mensal de US\$155,09, por habitante, sem que fosse preciso nenhum habitante sair de sua casa para fazer nenhuma atividade.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu impactou sobre toda a Região Oeste do Paraná. Com relação aos Eixos, esses impactos foram sentidos com maior intensidade no Eixo B. O Eixo A sofreu o impacto maior em sua extremidade Oeste, formada

por Terra Roxa e, principalmente, Guaíra. Os impactos na extremidade do Eixo A foram negativos. No Eixo B, estes impactos foram positivos ao longo de todo o Eixo. Promoveu o crescimento de Foz do Iguaçu, favoreceu Cascavel, na outra extremidade, por ser o maior centro de serviços da Região e dinamizou o interior do Eixo. Ao dinamizar Cascavel, também pode ter favorecido o Eixo A. No entanto esse processo de dinamização não conseguiu chegar até Guaíra, a outra extremidade.

Em Guaíra, não foram efetuados investimentos pelo Governo Federal, tal qual em Foz do Iguaçu. Enquanto as obras civis da Usina Hidrelétrica de Itaipu e os investimentos em infra-estrutura criavam um efeito dinamizador na economia de Foz do Iguaçu e ao longo do Eixo B, as alterações, ao longo do Eixo A, davam-se exclusivamente, por conta da modernização tecnológica da agricultura. Quando se aproximou a data de formação do reservatório, aumentou a crença de que, efetivamente, as Sete Quedas iriam desaparecer. Neste período, aumentou o fluxo de visitantes a Guaíra, ficando mais latente a importância de Sete Quedas para a economia deste Município. Mesmo, porque aumentou o dinamismo da cidade, proporcionado pelo aumento do número de visitantes. Quando ocorreu a formação do lago e o desaparecimento das Sete Quedas, Guaíra sentiu os mais fortes impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Um aspecto negativo da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu que não pode ser esquecido, é o problema social criado a partir do crescimento urbano desordenado pelo qual passou Foz do Iguaçu. Na construção, eram empregados muitos trabalhadores com baixo nível de escolaridade e com baixo nível de qualificação profissional. Com o fim das

---

<sup>14</sup> Diretor do Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Guaíra, em entrevista concedida no dia 11 de novembro de 2000.

obras, os chamados “barrageiros”<sup>15</sup>, migraram para outras regiões. Um grande contingente de trabalhadores, principalmente aqueles com menor qualificação profissional, mesmo para trabalhar em barragens, permaneceram residindo em Foz do Iguaçu com suas famílias. Os municípios lindeiros, com exceção de Foz do Iguaçu, que também é considerado lindeiro, tiveram perda de população e de área agricultável, somadas à perda de dinamismo no setor urbano, todavia não herdaram problemas sociais tão expressivos como Foz do Iguaçu.

Resumindo, pode-se dizer que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu teve impactos no Brasil e no Paraguai. No que se refere à Região Oeste do Paraná, ajudou na transformação de parte de sua dinâmica, principalmente, porque ocorreu paralela a outro fator exógeno decisivo para a Região, representado pela modernização tecnológica da agricultura. Enquanto as obras civis de Itaipu atraíam mão-de-obra e população para Foz do Iguaçu, a modernização tecnológica da agricultura liberava mão-de-obra. Um grande contingente desta mão-de-obra migrou para Cascavel e para Foz do Iguaçu. No que se refere aos Eixos A e B, influenciaram a ambos. Todavia a influência sobre o Eixo B foi mais positiva que a influência sobre o Eixo A. Cascavel, município comum aos dois Eixos, como o grande centro de serviços da Região, sofreu somente impactos positivos da construção de Itaipu, uma vez que esta dinamizou todo o Eixo B, criando mercado em Foz do Iguaçu e ao longo deste Eixo.

### 5.3 A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E O SURGIMENTO DO TURISMO DE COMPRAS EM CIUDAD DEL ESTE, NO PARAGUAI

---

<sup>15</sup> Trabalhador especializado na construção de barragens de usinas hidrelétricas.

Segundo MODIANO e CARNEIRO (1990, p.321): “...em meados de 1980 foram sentidos os primeiros sinais da escassez de financiamento externo. A dificuldade de renovação de empréstimos evidenciava que já não havia disposição dos credores internacionais, para financiar um ajuste sem pesados custos internos no curto prazo.” Em virtude desses fatores, foi imposto um sistema de controle de importações, impedindo que importações de bens, especialmente não essenciais, fossem um agravante à situação já delicada das contas externas.

Para MODIANO e CARNEIRO (1990, p. 324): “A política macroeconômica que prevaleceu em 1981 e 1982 foi basicamente direcionada para a redução das necessidades de divisas estrangeiras, através do controle da absorção interna.” Como o Brasil possuía uma distribuição de renda desigual, mesmo nos momentos de crise existia, para as classes de maior poder aquisitivo, demanda por produtos importados. Para impedir o consumo de produtos importados dessas classes sociais, o governo impôs um controle de importações com pesadas alíquotas, inibindo assim o consumo de produtos importados formalmente. Com isso, os comerciantes, instalados no vizinho Paraguai, criaram uma válvula de escape para o fornecimento de bens de consumo importados para os brasileiros.

Como Foz do Iguaçu é uma cidade turística, com suas belezas naturais – Parque Nacional e Cataratas do Iguaçu – e belezas artificiais como a própria Usina Hidrelétrica de Itaipu – o fluxo de turistas estrangeiros era significativo e trazia as divisas necessárias para o pagamento das importações, em sua maioria clandestinas, efetuadas no Paraguai, uma vez que a moeda preferida em Ciudad del Este foi sempre o Dólar americano, moeda na qual são nominados os preços.

Enquanto os turistas estrangeiros visitavam Foz do Iguaçu, para conhecer seus pontos turísticos, a partir do início da década de 1980, os turistas brasileiros passaram a visitar Foz do Iguaçu com a finalidade principal de fazer compras no Paraguai e, em menor grau, na Argentina. Daí o surgimento dos chamados “sacoleiros”, que compravam mercadorias no Paraguai e, em menor grau na Argentina, para revender em quase todas as regiões do Brasil, principalmente Sul e Sudeste.

Além do comércio com o Paraguai, representado por produtos importados do resto do mundo, desenvolveu-se, também, em Foz do Iguaçu, um representativo comércio com Porto Iguazu, na Argentina. Os produtos comercializados na Argentina eram produzidos no próprio país e, na sua grande maioria, de origem agroindustrial. No Paraguai, os produtos eram, em sua totalidade, importados do resto do mundo. Esses produtos não disponíveis no Brasil, eram os mais procurados pelos “sacoleiros”.

Além de hospedar os “sacoleiros” e os turistas com intenção de fazer turismo e compras no Paraguai e na Argentina, Foz do Iguaçu já tinha se consolidado como um grande centro exportador de produtos brasileiros para o Paraguai e a Argentina. Os produtos industrializados produzidos, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, eram trazidos até as empresas exportadoras de Foz do Iguaçu. A partir destas, eram exportados para esses países, principalmente para o Paraguai.

Este processo se deu, através do surgimento da chamada “Região Exportadora”, onde se concentravam as exportadoras de Foz do Iguaçu, conforme comentado anteriormente. Enquanto os brasileiros compravam ilegalmente no Paraguai e na Argentina – uma vez que, dificilmente, respeitava-se a cota imposta pelo Brasil – os paraguaios e os

argentinos faziam o mesmo nas exportadoras brasileiras. Assim, surgiu em Foz do Iguaçu – especialmente na Região da Ponte da Amizade – o chamado “comércio formiguinha”. Termo vulgar e, de certa maneira pejorativo, que denominava o transporte de mercadorias de um lado para outro, de forma fracionada, para fugir aos controles das respectivas alfândegas.

Esta situação perdurou durante as décadas de 1970 e 1980. Na década de 1990, com os adventos do Mercosul, da abertura da economia e do Plano Real, no Brasil, conforme será discutido mais adiante, Foz do Iguaçu e toda a região de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, passaram a viver uma situação totalmente adversa ao que foi nas duas décadas anteriores.

O surgimento do turismo de compras, em Ciudad del Este, foi favorecido pelas atrações turísticas de Foz do Iguaçu. O maior fluxo de turistas em Foz do Iguaçu, com o conseqüente derrame de dólares e o fato de Ciudad del Este estar no Eixo Assunção-Foz do Iguaçu-Curitiba-Paranaguá, considerando que do Porto de Paranaguá vem uma quantidade significativa das mercadorias comercializadas em Ciudad del Este, explicam, em parte, o fato deste comércio se desenvolver.

Salto del Guairá, cidade vizinha de Guaíra, não conseguiu o mesmo êxito. Em Salto del Guairá, o turismo de compras não se desenvolveu, também, pela ausência de uma ligação rodoviária entre esta cidade e Guaíra. Em visita a Salto del Guairá, ao entrevistar comerciantes e populares, constatou-se que esta cidade tem como fonte supridora de suas mercadorias comercializadas, os grandes comerciantes de Ciudad del Este, que atuam também como atacadistas. Segundo populares, em Ciudad del Este as mercadorias são mais baratas e a infra-estrutura é melhor, destacando-se a rede hoteleira de Foz do Iguaçu, a existência da

Ponte da Amizade e a infra-estrutura do comércio, além do intenso mercado de divisas existente na cidade.

Segundo ROLIM (1993, p. 84):

Para certos aspectos de algumas dessas questões, como, por exemplo, a trabalhista e a relativa aos mercados financeiros, o estado do Paraná tem dentro dos seus limites um laboratório de observação: Foz do Iguaçu. Durante a construção de Itaipu aconteceram alianças entre os sindicatos de barrageiros brasileiros e paraguaios que conseguiram grandes conquistas frente à ditadura de Stroessner. Conquistas que, depois de muitas lutas, acabaram generalizando-se no Paraguai. Também lá funciona um ativo mercado de divisas com grande circulação de, pelos menos, quatro moedas (grifo meu).

O Eixo B obteve significativos ganhos com o turismo de compras, posteriormente transformado na atividade dos “sacoleiros”. Esta atividade fez surgir, ao longo deste Eixo, uma série de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, como postos de combustíveis, hotéis, restaurantes, oficinas mecânicas, empresas de transportes, que, ao findar o dinamismo desta atividade, praticamente desapareceram. Embora essas atividades, desenvolvidas ao longo do Eixo B, tenham dinamizado as cidades do Eixo que estão entre Cascavel e Foz do Iguaçu, enquanto era significativo o volume desse comércio, não criaram condições para o crescimento duradouro destas mesmas cidades. Foi importante, todavia não foi capaz de criar impactos permanentes. Assim sendo, os maiores ganhos foram para Foz do Iguaçu e para Cascavel.

Com esta atividade surgiu um novo profissional na Região, especialmente nas cidades ao longo do Eixo B, iniciando em Céu Azul e terminando em Foz do Iguaçu,

denominado vulgarmente de “laranja”. Essas pessoas amanheciam e, em número reduzido, ainda amanhecem o dia, às margens da BR 277 no aguardo dos “ônibus de turismo”, lotados de “sacoleiros”. Os “laranjas” ajudam os “sacoleiros” a fazerem a travessia das mercadorias na Ponte da Amizade e na alfândega da Receita Federal, entre as cidades de Medianeira e São Miguel do Iguaçu. Muitos trabalham diretamente na Região da Ponte da Amizade.

O turismo de compras, transformado na atividade dos “sacoleiros”, sem aqui discutir possíveis prejuízos fiscais para o País e de emprego para o conjunto dos trabalhadores do setor secundário, foi uma atividade geradora de empregos, de renda e de dinamismo, especialmente para o Eixo B. Essa atividade não existiu no Eixo A e foi um fator exógeno, cujos reflexos sobre Foz do Iguaçu, Cascavel e o Eixo B foram muito intensos e duraram, desde o início da década de 1980 até o início do Plano Real. Embora seja um fator exógeno, o expressivo crescimento de Ciudad del Este e o ínfimo crescimento de Salto del Guairá, mostram que as condições internas de cada localidade foram decisivas para a determinação de sua dinâmica. As seções 5.4 e 5.5 explicam os fatores decisivos que concorreram para a diminuição da atividade dos “sacoleiros”, disfarçada de turismo de compras.

Em visita a Foz do Iguaçu, no dia 11 de outubro de 2001, conversando com populares e comerciantes de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, chamou a atenção o comentário de Eder Dorta de Oliveira<sup>16</sup> : “Enquanto era dinâmica a atividade dos “sacoleiros”, Foz do Iguaçu se voltou para atendê-los, diminuindo a atenção ao Turismo. Com a redução da atividade dos “sacoleiros”, a cidade vai sofrer”. Quando perguntado a comerciantes de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este, sobre a possibilidade da volta do turismo de compras em substituição à atividade dos sacoleiros, uma das respostas obtidas foi que a estrutura montada

---

<sup>16</sup> Corretor de Imóveis em Foz do Iguaçu.

em Ciudad del Este não sobrevive somente com o turismo de compras. Sem os “sacoleiros”, não tem como Ciudad del Este sobreviver.

O turismo de compras foi se intensificando em Ciudad del Este à medida que foi, também, aumentando a infra-estrutura turística de Foz do Iguaçu e o número de turistas na fronteira. A partir de 1982, conforme comentado anteriormente, o que era turismo de compras se transformou na atividade dos “sacoleiros”. Não se defende neste trabalho esta atividade, mesmo porque ela se constitui numa atividade ilegal, pois, dificilmente, respeitavam-se as cotas máximas de compras estabelecidas pelo Brasil. Todavia se reconhece que, à medida que ela foi se intensificando, favorecida pela política econômica, tanto do Brasil quanto da Argentina e do Paraguai, foi sendo criada uma estrutura na fronteira para atendê-la. E é esta estrutura que não terá como se manter sem os “sacoleiros”. Conseqüentemente, trará, pelo menos no curto prazo, possíveis prejuízos à tríplice fronteira.

Para que a Região da Tríplice Fronteira mantenha seu dinamismo, considerando que esta região não pode ser pensada exclusivamente por um dos três países, mas sim por ambos, poderá haver, num curto espaço de tempo, a necessidade de uma completa reconversão produtiva no sentido de continuar aproveitando a infra-estrutura montada.

#### 5.4 A INFLUÊNCIA DA ABERTURA COMERCIAL E DO MERCOSUL SOBRE A DINÂMICA DOS EIXOS

A abertura comercial e o Mercosul são dois fatores exógenos, não concluídos, que influenciam a dinâmica do Eixo B. Enquanto a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e o turismo de compras dinamizaram o Eixo B, a abertura comercial e o Mercosul, reforçados em 1994, pela implantação do Plano Real, discutido na Seção 5.5, ao alterar a dinâmica comercial da fronteira, impactaram de forma negativa sobre o mesmo Eixo.

#### 5.4.1 O Mercosul – Mercado Comum do Sul

Desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, o Mercosul tem se constituído mais num acordo de redução de tarifas do que numa área de mercado comum, sem restrições tarifárias com a livre-circulação de mercadorias, serviços e fatores produtivos, entre seus países-membros, segundo ROLIM (1993). Todavia a expectativa gerada em torno de sua criação era totalmente diferente. Esperava-se que iria beneficiar todo o País. Segundo o autor (1993, p. 77):

“A retórica presente nos discursos políticos dos presidentes desses países (no caso brasileiro era a retórica do governo Collor) indicava que, com a integração dos países, haveria a ampliação dos mercados, de tal sorte que todos sairiam beneficiados, e os consumidores teriam mais bens à disposição e a preços reduzidos.”

Quando os especialistas começaram a estudá-lo, chegou-se à conclusão de que a maior parte dos benefícios gerados seriam direcionados àquelas regiões do País cuja estrutura industrial estava preparada para conquistar um novo mercado. Ou seja, as regiões do País que tinham participação no comércio internacional. Esta Região coincide com a área do Polígono identificado por DINIZ (1995), conforme foi discutido anteriormente.

O Mercosul, assim sendo, não teria, por si só, condições de inserir novas regiões ou novas empresas no comércio internacional, mesmo que intra-Mercosul. Nesta situação, estava a Região Oeste do Paraná. As empresas instaladas na Região que já participavam do comércio internacional continuaram a participar com o advento do Mercosul e, em alguns casos, até abriram novos mercados dentro dos países-membros. As empresas, que estavam fora do comércio internacional, continuaram com as mesmas dificuldades enfrentadas anteriormente. Ou seja, o Mercosul não teria, sozinho, capacidade de inserir uma Região fora do chamado Polígono destacado por DINIZ (1995) neste mesmo contexto.

Neste sentido, ROLIM (1993, p. 84) afirma:

Por outro lado, há que considerar que aquelas empresas que hoje já atuam no mercado nacional não terão grandes dificuldades para atuar nesse mercado ampliado, ou seja, uma empresa cearense que consiga vender seus produtos em Porto Alegre não terá muitas dificuldades para colocá-los em Buenos Aires. Mesmo assim, o processo todo é preocupante, pois a questão que se coloca sempre é que se muitas das regiões brasileiras não conseguem viabilizar-se nas atuais circunstâncias, com o Mercosul, a situação será ainda mais difícil.

Os acordos do Mercosul atuaram como facilitadores diretos das trocas entre as empresas produtoras sediadas nas regiões industrializadas do Brasil e empresas comerciais sediadas, preferencialmente, em Assunção, em Ciudad del Este e na Região Metropolitana de Buenos Aires. Com isso, houve um esvaziamento da Região Exportadora da Vila Portes. O comércio, de forma fracionada entre esta Região e os países vizinhos, foi substituído por importadoras dentro do Paraguai e da Argentina. Ou seja, ocorreu uma profissionalização do

fornecimento de mercadorias produzidas nas regiões industrializadas do Brasil e os mercados consumidores do Paraguai e da Argentina<sup>17</sup>.

ROLIM (1993, p. 84-85), tinha previsto algo parecido com isso quando afirmou:

... Foz do Iguaçu, embora seja de certa forma um enclave na região, é uma cidade internacional funcionalmente vinculada à escala de metropolização da economia brasileira. Embora o Mercosul possa vir a ser um elemento desestabilizador para a cidade na medida em que grande parte do seu dinamismo não resistiria a uma abertura de fronteiras, ela sempre permanece como possibilidades para futuros arranjos. É uma cidade internacional, junto de uma das áreas de atividade agroindustrial mais dinâmicas do país. No entanto, ela não está nas rotas já estabelecidas do comércio Brasil-Argentina, o que faz com que, nas condições atuais, seja apenas uma alternativa.

Os impactos do esvaziamento da Região da Vila Portes e do Jardim Jupira não foram sentidos no conjunto da economia de Foz do Iguaçu de forma tão avassaladora, porque o câmbio, valorizado do início do Plano Real, intensificou o comércio de mercadorias importadas do Paraguai para o Brasil. Desta forma, até o final do ano de 1996, os impactos sobre Foz do Iguaçu e o Eixo B foram amenizados pela atividade dos “sacoleiros”.

Desde 1991 até 1998, os acontecimentos ligados ao Mercosul e ao Plano Real representavam ser os responsáveis diretos pelas mudanças no cenário da fronteira, com seus reflexos sobre o Eixo B. Havia uma impressão de que, com a criação do Mercosul, seria favorecida a comercialização direta de produtos industrializados entre as indústrias brasileiras e os comerciantes paraguaios, especialmente importadores. Assim, não haveria mais espaço

---

<sup>17</sup> O comércio com o Uruguai é feito pelas fronteiras com o Rio Grande do Sul e não influencia o comportamento do Eixo B. Por isso, a análise se concentra no comércio com a Argentina e o

para o chamado “comércio formiguinha” existente na Região da Ponte da Amizade. Ou seja, haveria uma sofisticação do comércio entre os países, tornando-o, conseqüentemente, mais profissionalizado e legal.

A partir de 1996 iniciou, por parte dos habitantes, dos comerciantes e das autoridades regionais, uma preocupação com o futuro do comércio da Região de fronteira, todavia esta preocupação se referia somente ao comércio do Brasil para o Paraguai. Isso porque este foi o primeiro a sentir os efeitos da mudança de cenário. No início, não havia a preocupação com o comércio de importados pelo Paraguai para com o Brasil.

Quando os agentes econômicos de Foz do Iguaçu e da Região Oeste do Paraná começaram a se preocupar em encontrar explicações para a crise que se iniciava, vivia-se o período de explosão do consumo de produtos importados do Paraguai, facilitada pelo câmbio valorizado, patrocinada pela política de câmbio fixo do Plano Real. Esse período compreendia, especialmente, a metade da década de 1990. Neste período, não se conseguia enxergar o alcance do processo de abertura da economia brasileira sobre a fronteira, conforme será discutido a seguir.

No Eixo A, os impactos do Mercosul, até este momento, não representam serem significativos. O temor era que a concorrência com os produtos agropecuários e agroindustriais, argentinos e uruguaios, afetariam de forma intensa a competitividade da produção desses bens na Região Oeste do Paraná, o que não se confirmou pois, segundo o IPEA (2000, p. 110): “Juntamente com a agricultura, a região especializa-se na produção de aves e suínos e, também, de leite, com alto nível tecnológico e forte integração agroindustrial,

mediante o regime de cooperativas”. Como o turismo de compras era inexpressivo e não existia, ao longo do Eixo A, uma região exportadora como existia em Foz do Iguaçu, os impactos negativos do Mercosul foram inexpressivos. No entanto a abertura comercial, acompanhada de uma mudança no papel do Estado, reduziu o subsídio ao crédito agrícola e desregulamentou alguns mercados, como o do trigo, por exemplo, tendo impactos negativos diretos sobre toda a Região Oeste do Paraná, com destaque para o Eixo A, onde o setor rural é dinâmico.

#### 5.4.2 A Abertura da Economia Brasileira, iniciada em 1990

Com a abertura da economia brasileira, a indústria nacional – especialmente a indústria de eletro-eletrônicos, instalada na Zona Franca de Manaus, que eram os produtos mais procurados por brasileiros, no Paraguai, passaram a ter maior liberdade para importar componentes. Com isso, inicialmente, os preços desses produtos fabricados no Brasil começaram a cair por causa da importação de componentes tecnologicamente mais avançados e a preços menores e, por conseqüência, diminuíram o diferencial em relação aos seus equivalentes adquiridos no Paraguai. Num segundo momento, a partir da implantação do Plano Real e da fixação da taxa de câmbio, esse diferencial de preço passou a ficar mais significativo, pois a taxa cambial valorizada tornava o preço desses componentes importados ainda menor que o preço dos similares fabricados no Brasil. O diferencial de preço que existia para se comprar no Paraguai reduziu-se e, em alguns casos, praticamente desapareceu.

Sobre esta questão cabe a citação extensa, porém muito oportuna, de PACHECO (1998, p. 149-150), que diz:

A Zona Franca de Manaus concentra hoje praticamente toda produção final de bens de eletrônica de consumo do país, e respondia em 1985 por cerca de 12% do VTI de material elétrico e de comunicações. ...a eletrônica de consumo é o principal segmento produtivo da ZFM, montado com base num amplo sistema de incentivos fiscais, que tem por base diferenciais de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação, tanto para similares importados, quanto para a produção nacional de outras regiões.

Este sistema de incentivos viabilizou a instalação de um parque industrial significativo, deslocando a produção final de áudio e vídeo de São Paulo, que ainda concentra a parte mais importante da indústria de componentes, inclusive cinescópios, articulando-se neste sentido com a produção da ZFM pelo fornecimento de insumos e peças e sendo o principal destino da produção de bens finais. Contudo, à medida que esse sistema de incentivos mostrava-se progressivamente inadequado para fazer frente à abertura comercial do país, foi sendo substituído por um abrandamento dos critérios de nacionalização da produção, primeiro através da introdução da sistemática do Processo Produtivo Básico, depois pela flexibilização do próprio PPB. Isto conduziu a um intenso processo de ajuste das empresas instaladas em Manaus, que se refletiu no aumento de sua competitividade em preços com os produtos importados, mas cujo custo foi, além da queda acentuada no emprego e na renda regional, um significativo incremento do componente importado, com repercussões negativas no encadeamento da indústria montadora com a produção de insumos em Manaus e em São Paulo (grifo meu).

Com a equiparação de preços, os consumidores brasileiros passaram a preferir comprar produtos brasileiros que possuíam garantia dos revendedores e assistência técnica. Além disso, os produtos comprados no Brasil, podiam ser comprados a prazo.

As compras a prazo foram favorecidas pela expansão do crédito direto ao consumidor – fornecido, principalmente, pelas grandes redes de varejo brasileiras – a partir do segundo semestre de 1994, por consequência do estancamento do processo inflacionário.

Neste período, começou a reversão definitiva em favor dos produtos fabricados no Brasil. O comércio entre o Brasil e o Paraguai só se justificava porque, com a taxa de câmbio fixa e valorizada, o diferencial de taxa de câmbio ainda proporcionava uma vantagem, para comprar alguns produtos no Paraguai. Todavia, a partir de 1996, começou a perder sua intensidade e, com a flexibilização do câmbio, em janeiro de 1999, este comércio é praticamente inviabilizado. Com isso, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este viu, praticamente do dia para a noite, desaparecer seu dinamismo comercial. Em Salto del Guairá, a situação ocorreu exatamente como em Ciudad del Este. Este evento prejudicou a dinâmica econômica ao longo do Eixo B.

### 5.5 A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

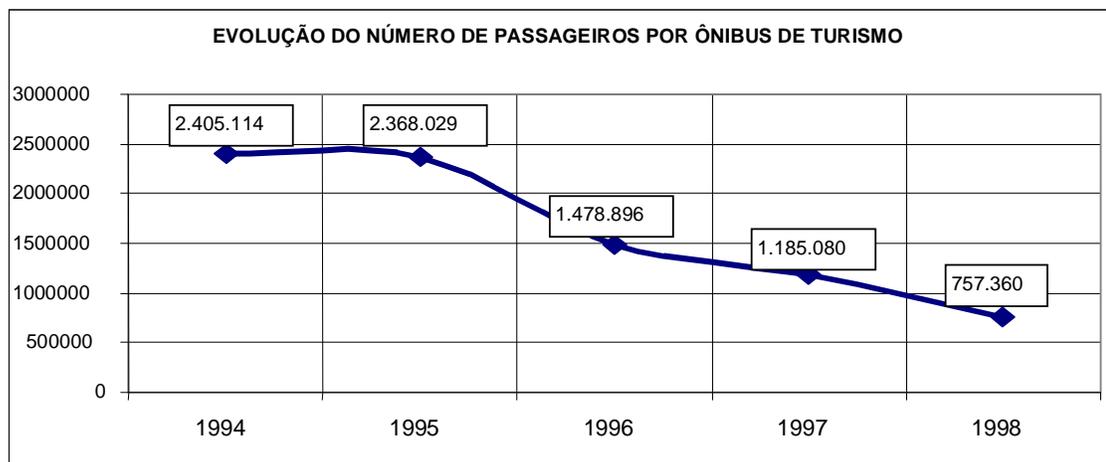
Ao implantar o Plano Real, em 01 de julho de 1994, as autoridades econômicas fixaram a taxa de câmbio. Segundo GUIMARÃES (1995), a política cambial que sustentou o Real – a nova moeda –, valorizada, serviu como um grande artifício, semelhante ao congelamento de preços nos planos anteriores, para combater os aumentos de preços e impedir o aumento da inflação.

A fixação da taxa cambial acabou tendo um reflexo positivo no estabelecimento de uma nova dinâmica na economia de Foz do Iguaçu e da fronteira com o

Paraguai e a Argentina. A mesma viabilizou o processo de importações de produtos comercializados no Paraguai, uma vez que a abertura da economia havia prejudicado essa atividade, pois, conforme visto anteriormente, aumentou a competitividade dos produtos fabricados no Brasil, em virtude das facilidades para a importação de máquinas, equipamentos, tecnologia e componentes. Assim, especialmente durante o segundo semestre de 1994 até o final do ano de 1995, a atuação dos chamados “sacoleiros” cresceu expressivamente, criando um fluxo de comércio entre várias regiões do Brasil com Ciudad del Este, no Paraguai, e, em menor grau, com Porto Iguazu, na Argentina, com intermediação de Foz do Iguaçu, que se tornava economicamente dinâmica junto com este comércio. O GRÁFICO 5.5.1 mostra o total de turistas que visitaram Foz do Iguaçu, por ônibus, no período entre 1994 e 1998.

Ao se analisar o GRÁFICO 5.5.1 percebe-se claramente que, a partir de 1996, ocorreu uma drástica diminuição do número de visitantes de Foz do Iguaçu por ônibus de turismo.

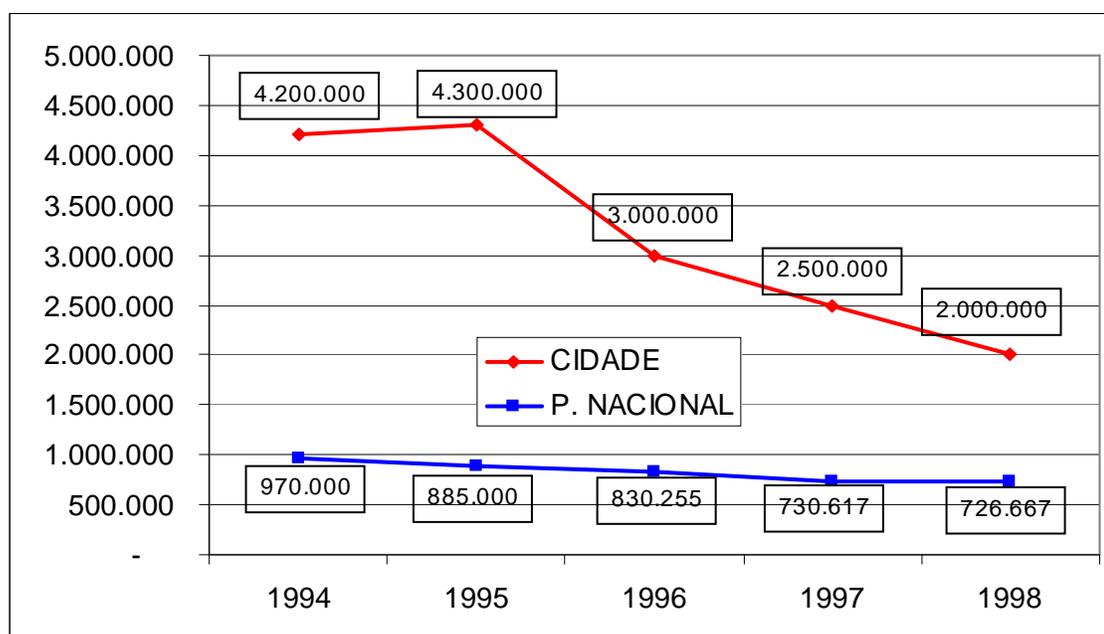
GRÁFICO 5.5.1: Evolução do Número de Passageiros por Ônibus de Turismo, no Período de 1994 a 1998



Fonte: Secretaria de Governo – SGOV. Departamento de informações institucionais –DPII – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 1999.

A maior parte do turismo de compra, efetuado pelos chamados “sacoleiros”, era feita através de ônibus de turismo. O GRÁFICO 5.5.2 mostra o número total de visitantes que Foz do Iguaçu recebeu no mesmo período, incluindo todos os visitantes, tanto os que chegavam à cidade por vias terrestres – de ônibus de turismo e de linha e de carros de passeio – quanto os que chegavam por via aérea e, identificando, dentre o total de visitantes, aqueles que visitaram o Parque Nacional, onde estão as Cataratas do Iguaçu. Dentre aqueles que visitaram o Parque Nacional, há uma maior rigidez à diminuição. Ou seja, o número total de visitantes caiu numa proporção muito superior ao número de visitantes do Parque Nacional. Isso significa que as alterações na conjuntura da fronteira refletiu com maior intensidade sobre os “sacoleiros”.

GRÁFICO 5.5.2: Evolução do Número Total de Visitantes em Foz do Iguaçu, de 1994 a 1998



Fonte: Secretaria de Governo – SGOV. Departamento de informações institucionais –DPPI – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 1999.

Observa-se, através do GRÁFICO 5.5.2, que a partir de 1996 iniciou-se a queda no número de visitantes em Foz do Iguaçu, caindo de 4,3 milhões, em 1995, para 3 milhões, em 1996; para 2,5 milhões, em 1997, e para 2 milhões, em 1998.

Com a flexibilização da taxa cambial, no Brasil, em janeiro de 1999, a procura por produtos do Paraguai sofreu um reflexo negativo. Com isso, inviabilizou ainda mais o turismo de compras que, conforme exposto no GRÁFICO 5.5.1, já estava em crise desde 1996. Novamente, a alteração na taxa cambial brasileira refletiu de forma diferenciada na economia da fronteira. Ao mesmo tempo, inviabilizou as importações brasileiras de produtos comercializados no Paraguai, pois tornou-as mais caras, uma vez que, em Ciudad del Este, os preços são nominados em Dólar e poderiam viabilizar a exportação de produtos industrializados brasileiros para o Paraguai, via Foz do Iguaçu. Isso não ocorreu porque, conforme explicado anteriormente, o Mercosul facilitou o comércio direto das empresas produtoras brasileiras com os comerciantes domiciliados nos países importadores.

O turismo de compras e a atividade dos “sacoleiros”, também diminuiu sua intensidade, quando o governo brasileiro impôs uma cota máxima de US\$150,00 por pessoa, no ano de 1995. Atualmente, a cota máxima permanece neste patamar, e a alfândega brasileira, na Ponte da Amizade, está cadastrando, por amostragem, as pessoas que cruzam a Ponte da Amizade e só permite que o “turista” cadastrado passe a fronteira com compras, dentro da cota, uma vez por mês. Se a fiscalização fizer cumprir esta nova determinação, a atividade dos sacoleiros irá diminuir ainda mais. Restará apenas o efetivo turismo de compras.

## 5.6 A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA

A modernização tecnológica da agricultura constituiu-se no fator exógeno com maior alcance na Região Oeste do Paraná e, conseqüentemente, nos Eixos A e B, além de ser o primeiro a ocorrer e a impactar sobre a Região e, principalmente, sobre o Eixo A.

A modernização tecnológica da agricultura no Brasil foi a responsável pela mecanização das terras, pela introdução de insumos modernos (como adubação química, herbicidas, fungicidas e pesticidas), pelo uso de máquinas e equipamentos (como tratores, arados, plantadeiras e colheitadeiras) e pela utilização de crédito subsidiado por parte do Governo Federal. Também ocasionou uma forte concentração fundiária, migrações rurais, problemas ambientais e outras transformações na realidade regional.

A modernização tecnológica da agricultura se consolidou com o binômio soja/trigo. Na Região Oeste do Paraná, foi incorporada a cultura do milho que é o principal produto regional e promoveu um aumento considerável na produção e na produtividade destas culturas. Foi a responsável pela diminuição no número de propriedades rurais, principalmente as pequenas e pela diminuição da população dos municípios da Região, com exceção para Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo que se transformaram nos três maiores centros urbanos regionais.

Foi decisivo para ampla aceitação da modernização pelos proprietários rurais, as políticas agrícolas implementadas pelo Governo Federal, especialmente o crédito agrícola (de investimento, custeio e comercialização), os quais eram fortemente subsidiados, o apoio do setor público agrícola (pesquisa e extensão), além do comportamento dos preços

internacionais dessas commodities. Por outro lado, aspectos de solo e de relevo atuaram como facilitadores ou limitadores desse processo.

#### 5.6.1 Os Aspectos de Solo e Relevo

Os aspectos de solo e de relevo, que influenciam a modernização tecnológica da agricultura, possuem uma grande variação na Região Oeste do Paraná e em relação aos Eixos analisados. De uma maneira geral, a Região não apresenta maiores dificuldades com relação ao solo, que é de boa qualidade e adequado ao cultivo de grãos. A exceção é representada por algumas manchas de Arenito Caiuá, localizada no extremo Oeste do Eixo A. Já o relevo merece ser melhor observado.

Nos municípios do Eixo B, observam-se uma maior concentração de terras com relevo acidentado onde não predominam os aspectos da mecanização agrícola. Nestas partes, a modernização tecnológica da agricultura não influenciou de maneira tão significativa. Nelas, predominam as pequenas propriedades, com parte mecanizada e parte trabalhada por mão-de-obra familiar, conjuntamente com grandes propriedades destinadas a pastagens extensivas.

A análise, ainda que rápida do relevo em relação ao Eixo B, permite observar que, de um lado ele está cercado pelo Parque Nacional do Iguaçu que, sendo área de preservação ambiental, não pode ser utilizado para cultivo. Do outro lado, estão as terras de relevo acidentado, impróprias para a mecanização. Isto mostra os claros limites do fator exógeno (modernização tecnológica da agricultura) em relação a este Eixo. Restam os espaços

localizados próximos a Foz do Iguaçu e próximos a Cascavel, nas duas extremidades do Eixo, que se adequam plenamente ao processo, em termos de relevo e de solo.

No Eixo A, as condições de solo e de relevo se mostram bem adequadas ao processo de modernização. Tanto é que, ao longo desse Eixo e no seu entorno, encontram-se os processos mais extensos e intensos de modernização no Paraná. No espaço que se estende de Cascavel até o Município de Palotina, o solo é constituído de terra roxa de formação basáltica, e o relevo é plano. Somente nos dois últimos municípios do Eixo A (Terra Roxa e Guaíra) é que vão começar a surgir manchas de Arenito Caiuá<sup>18</sup>. As terras arenosas começam na Foz do rio Piquiri (no rio Paraná) e se localizam na extremidade Oeste do Eixo A<sup>19</sup>. No caso dos Municípios de Terra Roxa e Guaíra, parte de seu território é constituída de solo arenoso e parte é constituída de terra roxa, de formação basáltica. Na parte que é constituída por solo arenoso ocorreu a substituição dos cafezais pelas pastagens extensivas. Na parte onde a terra é roxa, os cafezais foram substituídos pelas lavouras de soja, milho e trigo.

A parte dos Municípios de Guaíra e Terra Roxa que são formadas por terra roxa, estão vinculadas à dinâmica da parte central da Região Oeste do Paraná, onde a modernização tecnológica da agricultura encontrou todas as condições para ser implantada. Um exemplo típico é o Distrito de Santa Rita do Oeste. Embora pertença ao Município de

---

<sup>18</sup> O Arenito Caiuá se inicia na Foz do rio Piquiri e se estende por todo o Noroeste do Paraná, Sul de São Paulo, Sul do Mato Grosso do Sul e parte do Paraguai.

<sup>19</sup> Nas entrevistas feitas em Guaíra, ficou claro o contraste nas opiniões dos moradores sobre as causas da perda do dinamismo desta parte da Região, mais especificamente, nas causas da crise existente, atualmente, em Guaíra. Para Yoshiko Murakami Matsuyama, mais conhecida como Dona Geni, moradora do Município, desde 1953, entrevistada em 11 de novembro de 2000, o fim das Sete Quedas foi o grande responsável pela perda do dinamismo econômico de Guaíra. Para o Secretário de Educação do Município, Sr. Volnecir Hoffmann, entrevistado na mesma data, a modernização tecnológica da agricultura, ocorrida, principalmente, a partir de 1975, com a substituição das lavouras de café pelas pastagens extensivas, na parte do Município onde o solo é arenoso e pelas culturas de soja, milho e trigo, nas partes onde predomina a terra roxa, de formação basáltica, foi uma das causas principais da perda de dinamismo da economia de Guaíra. Para ele, as Sete Quedas eram importantíssimas, todavia, beneficiava somente a área urbana. A cafeicultura beneficiava todo o Município.

Terra Roxa, está mais vinculado e mantém fluxos de ligações comerciais com os municípios vizinhos como Palotina, Maripá, Mercedes e Marechal Cândido Rondon, todos com terra roxa de formação basáltica.

Portanto, ao contrário do que se verificou no Eixo B, no Eixo A, o fenômeno da modernização tecnológica da agricultura foi de grande importância na dinâmica regional. Os destaques são os já mencionados Municípios de Terra Roxa e Guaíra, os quais perderam, ao mesmo tempo, dois fatores dinamizadores de sua atividade econômica, representados pela perda das lavouras de café e pela impossibilidade de consolidar a modernização tecnológica da agricultura, na totalidade de seu território. Além disso, Guaíra perdeu dinamismo com o fim das Sete Quedas, o que afetou principalmente a sua área urbana.

#### 5.6.2 O Crédito Subsidiado para a Agricultura

O crédito agrícola, incentivado a partir de 1965, foi decisivo para a mecanização das terras na Região Oeste do Paraná e a adoção de culturas temporárias. À época, os agricultores não tinham como adquirir máquinas e nem como financiar sua produção. O crédito subsidiado foi um fator diferencial decisivo na opção do agricultor pela modernização tecnológica da agricultura. O crédito do governo possibilitou ainda a formação das cooperativas de produtores agrícolas. Estas, ao lado de uma garantia de comercialização da produção e de uma política de preços mínimos, pelo governo, motivou os produtores a investir nas culturas temporárias, como o milho, a soja e o trigo.

---

A TABELA 5.7.1, constante no ANEXO I, mostra o volume anual de recursos, em dólares de 1998, investidos pelo Governo Federal para Custeio, Investimento e Comercialização, desde 1965 até 1999. Ao analisar esta tabela, conclui-se que o volume de crédito, nas três categorias, manteve uma trajetória de crescimento até o ano de 1979, quando atingiu seu ápice. A partir de 1980, começou a reduzir e, em 1984, foram investidos 1/3 do valor investido em 1980. Este período coincidiu com o início da crise da década de 1980, conforme já discutido anteriormente. Retomou uma trajetória de crescimento em 1985 e, a partir de 1990, coincidindo com o início do processo de abertura comercial e mudança no papel do Estado, iniciou um processo de redução, atingindo em 1999, valores inferiores aos valores investidos em 1984.

A partir de 1990, com o fim do subsídio ao crédito e à cultura do trigo, somados aos acordos comerciais feitos pelo Brasil, promovidos pela abertura da economia e pelo Mercosul, esta cultura praticamente desapareceu da Região. Os municípios do Eixo B sofreram menos o impacto dessas medidas. Todavia os municípios do Eixo A, cujo setor rural é mais dinâmico, ressentiu-se mais dessas medidas. Sem discutir os detalhes do crédito rural, que não se constituem em objetivo deste trabalho, tem-se que afirmar que a questão geográfica beneficiou mais o Eixo A, conseqüentemente o crédito rural subsidiado também beneficiou mais o Eixo A que o Eixo B. Logo, as mudanças na política do governo para a agricultura, a partir de 1990, refletiram negativamente mais no Eixo A.

Caso essas alterações não tivessem ocorrido, necessariamente o desempenho do setor rural do Eixo A teria sido ainda melhor e, provavelmente, o desempenho deste Eixo no setor urbano também teria sido melhor.

A análise da TABELA 5.7.2, constante no ANEXO I, mostra que, ao longo dos anos, desde 1965 até 1999, a quantidade de dólares de crédito rural, investidos na agricultura, por tonelada produzida, vem se reduzindo para o conjunto da agricultura brasileira. Como a Região Oeste do Paraná, principalmente o Eixo A e seu entorno, tem uma atividade agropecuária desenvolvida e dependente do crédito rural, foi prejudicada com a redução deste subsídio.

A modernização tecnológica da agricultura foi um fator exógeno que trouxe vantagens e desvantagens para a Região Oeste do Paraná e para os municípios dos Eixos A e B. As desvantagens principais foram os impactos ambientais, que são inevitáveis no processo, e o êxodo rural, da mesma forma inevitável, uma vez que a modernização tecnológica da agricultura é altamente poupadora de mão-de-obra. As grandes vantagens foram a melhoria da produtividade e o aumento da produção, aliados à introdução da atividade criatória de animais, como frango e suínos, principalmente, que possibilitaram o desenvolvimento da agroindustrialização na Região, privilegiando os Eixos A e B e o conjunto de municípios da Região Oeste do Paraná.